



## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo nº 1.007.005/2021**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Modalidade:** Dispensa de Licitação

**Objeto:** Serviço da 6ª Revisão Programada de 60.000 km conforme termo de garantia do veículo MMC/L200 Triton SPT GLX OUTDOOR de Placa: QGV8H49 pertencente ao Fundo Municipal de Saúde deste Município.

**EMENTA:** Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Prazo de Garantia. Art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade.

### I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo trata da contratação da pessoa jurídica de direito privado qual seja BUDA VEICULO E PEÇAS LTDA – BUDA MOTORS com o intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo Setor Requisitante com a descrição fidedigna do objeto e justificativa, além de Termo de Referência onde há a pormenorização da descrição do serviço e obrigações das partes, bem como a comprovação da necessidade por meio de documentos acessórios ao pleito tais como Termo de Garantia e Plano de Revisões.

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, sendo anexado aos autos pesquisa mercadológica, o despacho que confirma a disponibilidade de crédito orçamentário para a referida despesa, assim como autorização para contratação.

É o que importa relatar.

### II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**

PMSO  
Fls. 46  
Rubrica [assinatura]  
Mat. n.º: 1464

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XVII - para a **aquisição de componentes ou peças** de origem nacional ou estrangeira, necessários à **manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica**, junto ao **fornecedor original** desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Em outras palavras, para que a presente contratação seja possível é essencial a caracterização da finalidade de manutenção de equipamentos, dentro do período da vigência da garantia e o que o fornecedor seja original.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** sinalizando a aquisição de componentes necessários à manutenção do veículo logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Termo de Referência. Por conseguinte, há a **comprovação do prazo da garantia** definido nas fls. 13 a 23. E, finalmente, encontramos a **pesquisa mercadológica junto a fornecedores originais** da Mitsubishi reunida nas fls. 24 a 38, executada regularmente de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia.

Digno de nota é que para a supracitada pesquisa mercadológica fes-se tratativas com apenas duas empresas para a composição do valor médio obtido, no entanto o **próprio setor responsável denotou expressamente que as duas empresas utilizadas são as únicas concessionárias da Mitsubishi no estado do Rio Grande do Norte.**

Frise-se que das duas empresas apenas uma respondeu à demanda e tendo em vista que o objeto da presente contratação tem a ver com prazo, para não perder a garantia se optou por dar continuidade ao processo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**

PMSC  
Fls. 47  
Rubrica [assinatura]  
Mat. n.º: 1464

Ademais, encontra-se presente nos autos a comprovação de idoneidade do pretenso contratado, o que viabiliza e fortalece a possibilidade de formalização de contrato.

Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

### **III - CONCLUSÃO**

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 1.007.005/2021 atendeu aos requisitos legais, estando, pois, regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 04 de Novembro de 2021.

Râmida Raiza de Oliveira Pereira Gonçalves  
Procuradora Geral  
Matrícula nº 1464